



ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL  
GABINETE DA PREFEITA



**LEI MUNICIPAL Nº 604/2015**

**Institui o Plano Municipal  
de Educação – PME no  
Município de Conceição do  
Jacuípe para os fins que  
menciona, e dá outras  
providências.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Educação de CONCEIÇÃO DO JACUIPE, constante do documento anexo, com duração de dez anos, para o período 2015 - 2025.

Art. 2º A execução do Plano Municipal de Educação pautar-se-á pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil Organizada.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal exercerá papel indutor na implementação dos objetivos e metas estabelecidos neste Plano.

CNPJ. 14.222.574-0001.19 – Praça Manoel Teixeira de Freitas, S/N – Centro / FONE (75) 3243-1805  
CONCEIÇÃO DO JACUIPE - BA

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação deverá manter atualizado o diagnóstico educacional do Município e, juntamente com o Conselho Municipal de Educação, convocar reunião com as comissões representativas a cada 2 anos, bem como ao final do quinto e do nono ano de vigência deste Plano, com o objetivo de promover o balanço dos resultados alcançados e a consecução das metas por ele previstas.



Parágrafo único. A avaliação do Plano deve valer-se também dos dados fornecidos pelo Censo Escolar do INEP, pelos dados do IBGE e avaliações externas que produzem indicadores, tais como IDEB, SAEB e ENEM, entre outras, que serão analisadas e servirão para indicar a necessidade do replanejamento e a adequação do Plano.

Art. 4º Os planos plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes no Plano Municipal de Educação.

Art. 5º Os poderes constituídos do Município empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º Integra a presente Lei, cópia do Plano Municipal de Educação.

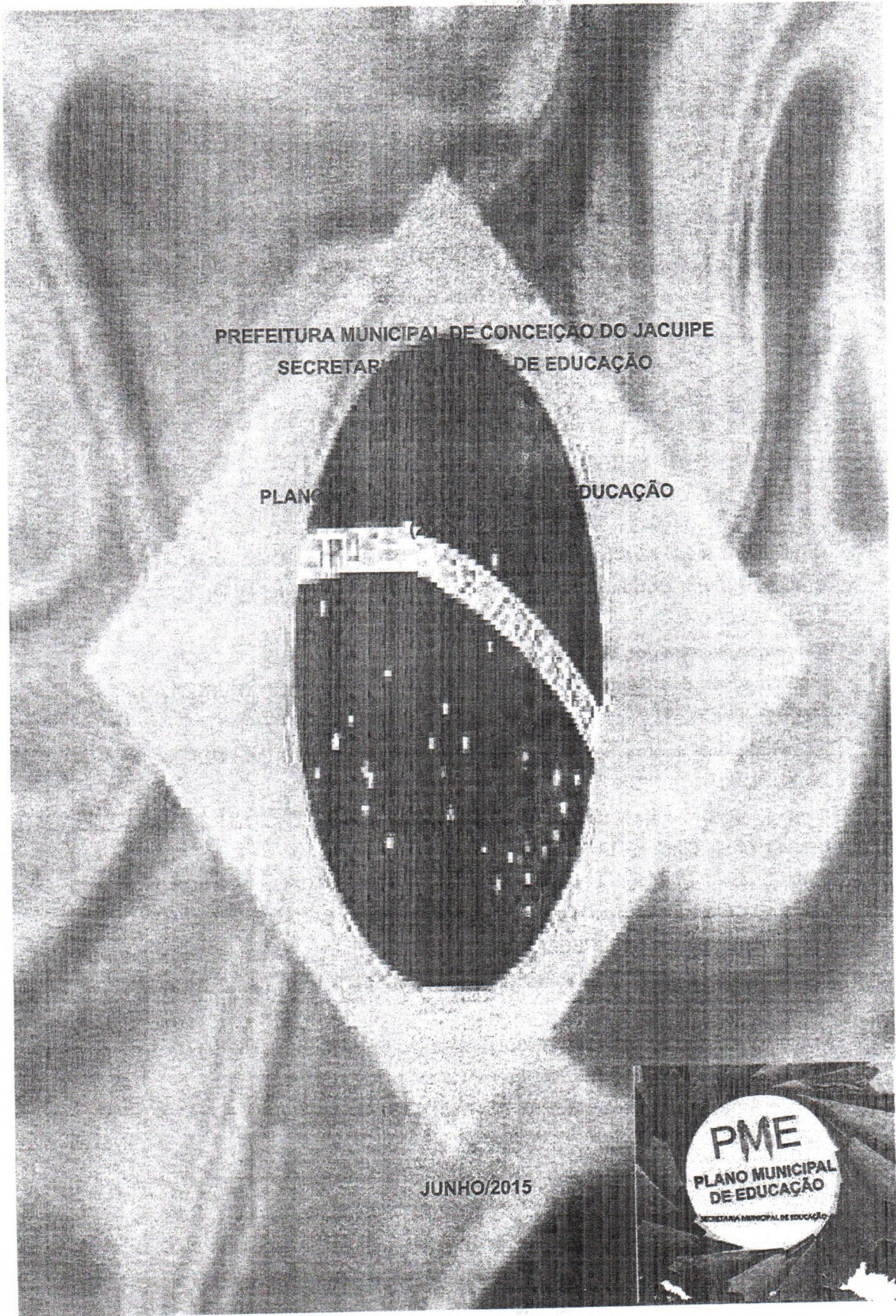
Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento vigente destinadas a manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição do Jacuípe , 22 de junho de 2015.

  
Normélio Maria R. Correia  
Prefeita

CNPJ. 14.222.574-0001.19 – Praça Manoel Teixeira de Freitas, S/N – Centro / FONE (75) 3243-1805  
CONCEIÇÃO DO JACUIPE – BA



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: IOSWGN2HQWDCWVCV+JZQ

Esta edição encontra-se no site: [www.conceicaodojacupe.ba.io.org.br](http://www.conceicaodojacupe.ba.io.org.br) em servidor certificado ICP-BRASIL



**PREFEITA MUNICIPAL**

Normélia Maria Rocha Correia

**VICE - PREFEITO**

Márcio Souza Santos

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**

Cristiane Azevedo da Silva Rosa

**COORDENAÇÃO GERAL**

Sandro Guimarães da Mata

**GRUPO COLABORATIVO**

**Cristiane Azevedo da Silva Rosa** – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Cristóvão Vieira Correia** – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Raimundo Silveira dos Santos** – REPRESENTANTE DO CONSELHO ESCOLAR

**Iranildo Alves dos Santos** - REPRESENTANTE DE DIRETOR DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA

**Rosenilda dos Santos Soares de Lima** – REPRESENTANTE DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Sandro Guimarães da Mata**– REPRESENTANTE DO CONSELHO DO FUNDEB

**Nirete Moraes Santos** – REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO

**Idmar Boaventura Moreira** - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Maria do Carmo Maia Brito** - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO PRIVADA

**Márcia Sena Santos** - REPRESENTANTE DE PAIS

**Maria Eneides de Oliveira Santos** - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Rosimary Santos Soares** - REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Tatiane Gomes da Silva** - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

**Genise Araújo Mendonça** - REPRESENTANTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**Marly Ferreira da Mata** - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



**Patricio Santana dos Santos** - REPRESENTANTE DE ALUNOS

**Eliana Franca de Almeida** - REPRESENTANTE DOS RECURSOS FINANCEIROS  
PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

**Suelen Silva Lima** - REPRESENTANTE DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Thays Macedo Mascarenhas** - COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

**Joilson de Lima Silva** - COMISSÃO REPRESENTATIVA PROFISSIONAL DE  
NÍVEL MÉDIO

**Solange Maria de Araújo Rocha** - COMISSÃO REPRESENTATIVA DA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

**Alexandra Cerqueira Martins** - COMISSÃO REPRESENTATIVA DOS  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



**COMISSÕES REPRESENTATIVAS**

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CECILIA DA SILVA CUNHA  
IZABELLE DE OLIVEIRA SOUZA  
MARIA ENEILDES DE OLIVEIRA SANTOS

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

ANA DA SILVA SANTOS VALADARES  
ROSEMARY SANTOS SOUZA  
RUBENS RODRIGUES SOARES

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DO ENSINO MÉDIO**

EDILENE NUNES QUIDUTE DE AZEVÊDO PINTO  
REGINA CELMA TELES D'ALENCAR  
VERA LÚCIA FAGUNDES SANTOS

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

TATIANE GOMES DA SILVA  
ROSÂNGELA BARRETO CARDOSO  
ROSANA SILVA FAGUNDES

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

FÁBIA MARIA GOMES RIBEIRO  
GENISE DE ARAÚJO MENDONÇA  
VERUSKA DE JESUS SANTOS SOUZA

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**

ARLETE DIAS  
EDLÉIA SÃO VITOR PIMENTEL  
TAÍS LORENA DA SILVA DÓRIA



**COMISSÃO REPRESENTATIVA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

ALBENE CÁSSIA DANTAS GAMA TEIXEIRA  
LILIANE SOUZA DE ASSIS  
SUELEN SILVA LIMA

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

ALEXANDRA CORREIA  
GIZÉLIA BRITO  
THAYS MACEDO MASCARENHAS

**COMISSÃO REPRESENTATIVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO**

JOILSON DE LIMA SILVA  
SANDRA SINARA  
SORAIA OLIVEIRA DE CERQUEIRA

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

ADRIANA REIS  
ANTONIO VILAS BOAS  
IDMAR BOAVENTURA MOREIRA

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

JAIME RAMOS DA SILVA  
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS CONCEIÇÃO  
ROSENILDA DOS SANTOS SOARES DE LIMA

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO  
PÚBLICO**

IRANILDO ALVES DOS SANTOS  
JOSENILDA SILVA SOUZA  
MANUELA DE JESUS SILVA SANTOS



**COMISSÃO REPRESENTATIVA RECURSOS FINANCEIROS PARA A  
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

CRISTIANE AZEVEDO DA SILVA ROSA  
ELIANA FRANCA DE ALMEIDA  
VANDILSON ALMEIDA DA MATA

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONSELHO DO FUNDEB**

MEIRE VIEIRA DA SILVA COUTINHO  
SANDRO GUIMARÃES DA MATA  
VILIANO LOPES DE OLIVEIRA

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DO PODER LEGISLATIVO**

EDNILSON OLIVEIRA RIBEIRO  
MARIA CELESTE DOS SANTOS  
NIRETE MORAES SANTOS

**COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO PRIVADA**

CLEUMA FÉLIX DE SOUZA ALMEIDA  
MARIA DO CARMO MAIA BRITO  
MIRIAM MARQUES SOUZA





**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa de Conceição do Jacuípe.....	4
Figura 2 – Filme Tieta do Agreste.....	11
Figura 3 – Filme Tieta do Agreste.....	11
Figura 4 – Festa Junina.....	12
Figura 5 – Avaliações externas .....	42
Figura 6 – Universidade Estadual de Feira de Santana.....	62
Figura 7 - Cálculo para transferência.....	80



**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - População Residente por Localidade, Sexo em Conceição do Jacuípe.....	5
<b>Tabela 2</b> - Informações sobre População e Faixa Etária de Conceição do Jacuípe.....	6
<b>Tabela 3</b> - Unidade de saúde por tipo e localização.....	7
<b>Tabela 4</b> - Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	9
<b>Tabela 5</b> - Desenvolvimento Humano 1991, 2000 e 2010.....	10
<b>Tabela 6</b> - Evolução da matrícula da Educação Infantil no município, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013.....	16
<b>Tabela 7</b> - Frequência por Ano do Nascimento segundo Município Residente.....	17
<b>Tabela 8</b> - Taxa de escolarização da Educação Infantil do município (2013).....	17
<b>Tabela 9</b> - Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Conceição do Jacuípe, por localização (2013).....	18
<b>Tabela 10</b> - Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Conceição do Jacuípe, por dependência administrativa e localização (2010/2013).....	21
<b>Tabela 11</b> - Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.....	22
<b>Tabela 12</b> - Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Conceição do Jacuípe, por idade e série <sup>1</sup> , Rede Municipal, (2013).....	23
<b>Tabela 13</b> - Taxas de Rendimento - Rede Estadual.....	24
<b>Tabela 14</b> - Taxas de Rendimento - Rede Municipal.....	25
<b>Tabela 15</b> - Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual.....	27
<b>Tabela 16</b> - Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2013.....	28
<b>Tabela 17</b> - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental – Conceição do Jacuípe - 2005/2013.....	39
<b>Tabela 18</b> - Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Conceição do Jacuípe, por dependência administrativa e localização (2011/2013).....	54

<sup>1</sup>Cálculo de defasagem - Matrícula com defasagem / total da matrícula por série.

Ex.:  $91/301 \times 100 = 30,23$

Cálculo: Matrícula Inicial –  
(Transferidos + evadidos) = Matrícula final

10



<b>Tabela 19</b> - Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010 no Município de Conceição do Jacuípe.....	56
<b>Tabela 20</b> - Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010 no Município de conceição do Jacuípe.....	56
<b>Tabela 21</b> - Funções docentes por Etapas e Modalidade da Educação Básica – Rede Municipal 2013.....	67
<b>Tabela 22</b> - Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013.....	69
<b>Tabela 23</b> - Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013.....	69
<b>Tabela 24</b> - Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013.....	70
<b>Tabela 25</b> - Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual.....	73
<b>Tabela 26</b> - Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal.....	73
<b>Tabela 27</b> - Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Conceição do Jacuípe, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.....	74
<b>Tabela 28</b> - Outras receitas com o setor educacional do município de Conceição do Jacuípe, administradas pela Prefeitura. 2009/2014.....	79
<b>Tabela 29</b> - Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Conceição do Jacuípe, por nível ou modalidade de ensino 2009/2014.....	81
<b>Tabela 30</b> - Despesas com educação do município de Conceição do Jacuípe por categoria e de despesa. 2010/2013.....	83
<b>Tabela 31</b> - Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Conceição do Jacuípe em 2010/2013.....	84
<b>Tabela 32</b> - Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2014 (Em R\$).....	85
<b>Tabela 33</b> - Recursos da Educação no PPA - 2010 – 2014 .....	85



**LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1** - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais por idade, gênero segundo faixa etária – Brasil 2004 e 2012.....54



**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Itens para levantamento e análise de dados.....2



### LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMAI**- Associação de Apoio ao Menor e ao Idoso
- APLB**- Sindicato dos Trabalhadores em Educação
- CAE**- Conselho de Alimentação Escolar
- CACS**- Conselho de Acompanhamento e Controle Social
- CAPS**- Centro de Atendimento Psicossocial
- CEMEC**- Centro Municipal de Educação de Conceição do Jacuípe
- CNE**- Conselho Nacional de Educação
- CECJ**- Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe
- DIREC**- Diretoria Regional de Educação
- EaD**- Educação a Distância
- ECA**- Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IAT**- Instituto Anísio Teixeira
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB**- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDHM**- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases
- LIBRAS**- Linguagem Brasileira de Sinais
- MEC**- Ministério da Educação
- NEE**- Necessidades Especiais
- NRE 19**- Núcleo Regional de Educação
- ODM**- Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
- PAR** – Plano de Ações Articuladas
- PBA**- Programa Brasil Alfabetizado
- PDE**- Plano de Desenvolvimento da Educação
- PME** – Plano Municipal de Educação
- PNAE**- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAIC**- Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
- PNB**- Programa Nacional Biblioteca na Escola



**PNE** – Plano Nacional de Educação  
**PNLD**- Programa Nacional do Livro Didático  
**PNUD**- Programa das Nações Unidas  
**PPA**- Plano Plurianual  
**PPP**- Projeto Político Pedagógico  
**RCNEI**- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil  
**SAEB**- Sistema de Avaliação da Educação Básica  
**SESI**- Serviço Social da Indústria  
**SIAB**- Sistema de Atenção Básica  
**SME** – Secretaria Municipal de Educação  
**TOPA** – Todos pela Alfabetização  
**UEFS**- Universidade Estadual de Feira de Santana



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....	2
2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO .....	2
2.1.1 Caracterização do Município Conceição do Jacuípe.....	3
2.1.1.1 Aspectos Históricos.....	3
2.1.1.2 Aspectos Geográficos.....	4
2.1.1.3 Aspectos Demográficos.....	5
2.1.1.4 Aspectos socioeconômicos.....	7
2.1.1.5 Aspectos culturais.....	11
2.1.1.6 Infraestrutura Material.....	13
2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	14
2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior.....	14
2.2.1.1 Etapas da Educação Básica.....	14
2.2.1.2 Educação Infantil.....	14
2.2.1.3 Ensino Fundamental.....	18
2.2.1.4 Ensino Médio.....	26
2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS.....	28
2.3.1 Educação Especial.....	28
2.3.2 Política da Alfabetização.....	31
2.3.3 Educação em Tempo Integral.....	33
2.3.4 Qualidade da Educação Básica.....	38
2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	52
2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio.....	59
2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	61
2.4.1 Ensino Superior.....	61
2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	63
2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	70
2.7 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	78
2.7.1 Investimento Público em Educação.....	78
3. DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	86





3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	86
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....	135
REFERÊNCIAS.....	137



## 1 INTRODUÇÃO

A educação enquanto prática democrática, progressiva e de desenvolvimento de múltiplos conhecimentos precisa passar por um processo de reestruturação de suas bases estruturais. De acordo com Paulo Freire “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.” As propostas da educação devem ter como foco o educando e serem voltadas para a sua prática social, proporcionando um ensino de qualidade, respeitando a heterogeneidade e a individualidade da comunidade escolar.

Dessa forma, frente à necessidade do município de Conceição do Jacuípe em cumprir também as exigências legais, propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº. 9.394/96, na Lei que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, nº. 13.005/2014 e na Lei que aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE, nº. 10.330/2006, que determinam a elaboração de planos de educação, com projeções para dez anos, é que este Plano Municipal de Educação foi elaborado. Haja vista que, também, segundo a Lei Orgânica Municipal, no Capítulo VIII - Das Políticas Municipais no Artigo 131, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação a determinação de que o Município atenda às diretrizes estabelecidas nas Legislações Federais e Estaduais de Educação, sem, contudo perder de vista às peculiaridades locais possibilita uma nova oportunidade para que o planejamento estratégico passe a integrar o cotidiano do setor educacional do município, valendo-se de instrumentos definidores das políticas públicas e orientadores das ações educativas.

Partindo desse princípio, o município, de forma democrática, reúne na Secretaria Municipal de Educação, através dos diversos representantes: do Sindicato dos Profissionais da Educação - APLB, do Conselho Municipal de Educação e dos diversos segmentos da sociedade civil para construção do Plano Municipal Decenal de Educação.

O Plano Municipal Decenal de Educação contém ferramentas para o estabelecimento de políticas públicas e orientação de práticas educativas no município, que definirão as ações educacionais a serem executadas no período de dez anos, respeitando os princípios de colaboração e da gestão democrática.



Este plano é estruturado através do levantamento e análise de dados referentes aos seguintes itens:

Quadro 1

- Diagnóstico do município em seus aspectos históricos, geográficos, demográficos, econômico-sociais e culturais;
- Diagnóstico da educação municipal em seus vários níveis: educação básica e suas modalidades; educação superior; modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação especial e educação no campo);
- Gestão da educação;
- Magistério da educação e,
- Financiamento da educação.

O levantamento das informações coletadas através do diagnóstico revelou aspectos positivos e pontos críticos que definiram as diretrizes, metas e estratégias apresentadas neste plano, para implantação no período dos dez anos seguintes. A aproximação da realidade local com as práticas de ensino e aprendizagem torna-se um aspecto fundamental no Plano Municipal de Educação, assim como promover ações que reconfigurem a sociedade e alcance a superação de metas institucionais, tal qual o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Conceição do Jacuípe.

## 2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

O diagnóstico situacional do município e da educação foi elaborado e delimitado por indicadores alocados nas dimensões econômicas, sociais e culturais. A pesquisa deu-se por meio da busca de dados primários e de dados secundários de diferentes instituições, medidos através de frequências, da razão, da proporção, da percentagem e de taxas.

### 2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

Os processos de análise de desenvolvimento tornam-se dispositivos essenciais para a investigação local e regional. Assim, os indicadores que oferecem suporte de análise são muitos e, portanto, devem ser delimitados para evitar imprecisões. A análise feita tem como objetivo buscar detalhar a utilização de alguns indicadores de desenvolvimento, com o objetivo de sistematizar um panorama local.



Dessa forma, segue a análise de alguns indicadores no município de Conceição do Jacuípe.

## 2.1.1 Caracterização do Município de Conceição do Jacuípe

### 2.1.1.1 Aspectos Históricos

As primeiras referências históricas do município de Conceição do Jacuípe datam de 1889, com a edificação da primeira casa no lugarejo, pertencente a Santo Amaro; um ano após a Lei Áurea que libertava os escravos. Nessa ocasião já moravam no local alguns nativos, escravos alforriados.

O nome inicial foi Baixa do Jacuípe, pois, o município estava localizado numa baixada onde nasce o Rio Jacuípe, destacando-se como um dos principais rios da região norte do Recôncavo. Mais tarde com a criação do município, o nome passou a ser Conceição do Jacuípe, por ter sido elegida Nossa Senhora da Conceição a padroeira da cidade, e Jacuípe, por se tratar da região onde nasce o rio.

Em 1914, surgiu uma feirinha que servia para a comercialização de pequenos produtos. Esta era visitada por violeiros, pandeiristas, tocadores de berimbau, surgindo entre eles um que fez trova cujo final falava na Feira de Berimbau. Sairia destes versos o segundo nome do local - Feira de Berimbau, sendo, em seguida, carinhosamente chamada de Berimbau.

Em 1943, o então prefeito de Santo Amaro, teve que ir ao Rio de Janeiro tratar de assuntos de interesse do Município, oportunidade em que assumiu a chefia do Executivo, interinamente, o Secretário Elísio Barreto, residente no Povoado de Berimbau.

Em 9 de fevereiro de 1949, foi inaugurada a rede de energia hidrelétrica do povoado. No mesmo ano, instalou-se o Sub-Distrito Policial, da Lapa.

Em 30 de dezembro de 1953, foi assinada a lei nº 628, que transformou o povoado de Berimbau em Vila de Conceição do Jacuípe. Por decreto de 20 de outubro de 1961, foi emancipado de Santo Amaro da Purificação tornando-se um município independente mediante a lei estadual nº 1531, passando a chamar-se município de Conceição do Jacuípe.

Quando o município fazia parte de Santo Amaro da Purificação, muitos consideravam que a cidade fazia parte do Recôncavo Baiano, porém, logo após o desmembramento, Conceição do Jacuípe passou a fazer parte do Território de



Identidade , chamado Portal do Sertão e não do Recôncavo. A cidade saiu do recôncavo por não se enquadrar nas características deste território.

A partir da sua emancipação, Conceição do Jacuípe começou o seu relevante crescimento em relação às cidades circunvizinhas. Com a implantação do Centro Municipal de Educação de Conceição do Jacuípe (Cemec), o atual Colégio Estadual, as famílias começaram a migrar para a cidade.

Fonte: [www.cidades.bge.gov.br](http://www.cidades.bge.gov.br)

#### 2.1.1.2 Aspectos Geográficos

O município de Conceição do Jacuípe está localizado ao Norte do Recôncavo Baiano e pertence a Microrregião de Feira de Santana, faz limite com os municípios de Coração de Maria - Norte; Amélia Rodrigues – Sul, Santo Amaro; Leste- Teodoro Sampaio, Terra Nova e Feira de Santana - Oeste. O município possui 2 (dois) Distritos, Vila Bessa localizado a 9 km da sede e Picado a 4,5 km.

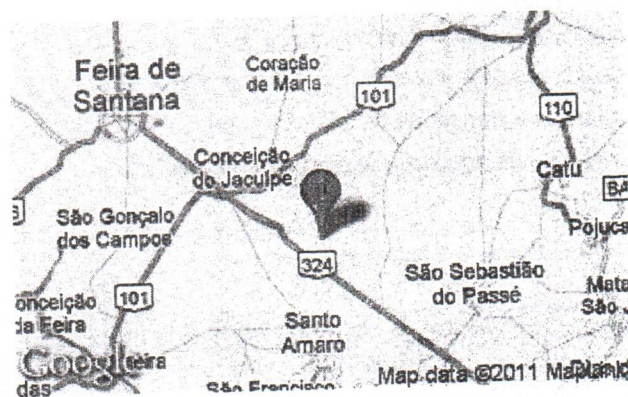


Figura 1. Mapa de Conceição do Jacuípe

O município de Conceição de Jacuípe possui altitude de 219 metros, longitude de 38°46'00" oeste e latitude -12°19'00" sul com área territorial de 117,529 km<sup>2</sup>, e densidade de 247,2 hab./Km<sup>2</sup>, tendo como fontes naturais os rios: Jacuípe, Parnamirim, Seco e Pojuca. Em seu relevo predominam os tabuleiros do recôncavo, tabuleiros interioranos e os pediplanos sertanejos, dispendo das rodovias BR 101, BR 324 e BA 084 para facilitar a locomoção dos seus moradores. A vegetação é



similar aos municípios vizinhos, predomina a Mata Atlântica, com Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Densa. Na geologia predominam os arcóseos, arenitos e conglomerados/brechas. Com um clima subúmido a seco. O município possui uma distância de 97 km da capital-Salvador, 26 km de Feira de Santana.

O município possui alguns povoados, como Amparo, Deiró, Bonsucesso e dois Distritos, Picado e Bessa (localizado às margens da BR 324).

Algumas empresas prestam serviços indispensáveis ao município entre elas: a Coelba, empresa responsável pela distribuição de energia elétrica; a Embasa, empresa responsável pelo fornecimento de água; e no que se refere a telefonia, a empresa OI é responsável pela telefonia fixa e móvel, além das torres de telefonia celular da Tim, Claro e Vivo.

A cidade também dispõe de uma cobertura de transporte rodoviário das empresas de ônibus intermunicipal de passageiros: Santana, Cidade Sol e Rodonave, além da ASCAVER (Associação de Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários) e também táxi e moto táxi.

Apesar de dispor desses meios de transportes ainda há uma grande dificuldade para a população que mora nos povoados e na zona rural em se descolar para o centro da cidade. Em relação ao deslocamento de estudantes, apesar da prefeitura disponibilizar o transporte escolar, este ainda é insuficiente para atender satisfatoriamente a demanda educacional existente no município.

### 2.1.1.3 Aspectos Demográficos

Tabela 01 População Residente por Localidade, Sexo em Conceição do Jacuípe

	POPULAÇÃO	HOMENS	MULHERES	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
2000	26.194	12.851	13.343	19.466	6.728
2010	30.123	14.564	15.559	23.542	6.581

Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_bahia.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_bahia.pdf)

De acordo com os dados apresentados nos censos demográficos das décadas de 2000 e 2010, houve um aumento populacional quanto à localização e sexo, o que elevou significativamente a taxa de urbanização do município. No período de 2000-



2010, a população de Conceição do Jacuípe teve uma taxa média de crescimento anual de 3.929 habitantes, passando de 26.194 em 2000 para 30.123 em 2010. A taxa de urbanização teve um grande aumento, devido ao êxodo rural.

Diante dos dados apresentados na tabela 01, a dinâmica populacional apresenta um crescimento do processo de urbanização em detrimento à população rural, verifica-se que este movimento populacional dar-se-á partir do crescimento da população urbana. Por outro lado, houve um decréscimo na região rural e um aumento da população feminina em relação à masculina.

Tabela 2 Informações sobre População e Faixa Etária de Conceição do Jacuípe

População (Localização/ Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	1.364	741	3.422	1.431	3.308	3.217	5.982	19.465
	2007	1.178	703	3.302	1.049	3.076	3.923	7.600	20.831
	2010	1.407	665	3.534	1.271	2.933	4.665	9.064	23.539
Rural	2000	654	322	1.162	381	1.203	1.000	2.007	6.729
	2007	452	274	1.074	321	1.027	1.205	2.230	6.583
	2010	425	222	1.149	348	806	1.264	2.370	6.584
Total	2000	2.018	1.063	4.584	1.812	4.511	4.217	7.989	26.194
	2007	1.630	977	4.376	1.370	4.103	5.128	9.830	27.414
	2010	1.832	887	4.683	1.619	3.739	5.929	11.434	30.123
PIB(2)	IDH(3)	IDI(4)		Taxa de analfabetismo(5)					
324.815	0.70	0.65		População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais			
				8.70		18.90			

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2908507>. Acesso em 25 mai. 2015

Considerando os anos de 2000 a 2010, percebe-se um aumento na população, em especial no índice da população acima de 24 anos, caracterizando dessa maneira um envelhecimento populacional, havendo uma redução no número de crianças e adolescentes. O município de Conceição do Jacuípe, conforme tabela 2, possuía um total de 30.123 habitantes, no ano de 2010, com uma distribuição populacional diferente. A zona urbana apresentou um total de 23.539 habitantes, enquanto que a zona rural, um total de 6.584 habitantes, sendo essa diferença de aproximadamente 20%. Essa realidade pode está relacionada à oferta de emprego que é maior na zona urbana, sendo que nesta zona há uma predominância de fábricas que empregam a maior parte da população.



Tabela 3 Unidade de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimento de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto-socorro	Hospital	Outros
Urbana	07	04	01	-	01	01	-
Rural	05	03	-	-	-	-	02

Fonte: Secretaria Municipal de saúde (2014)

O Município de Conceição de Jacuípe possui 12 (doze) estabelecimentos de saúde, sendo que 07(sete) instaladas no centro urbano do município. As equipes realizam a cobertura de 72,4% da população consoante ao consultado no SIAB (Sistema de Atenção Básica). As instalações básicas não atendem às especificações das normas. Na zona rural as salas de espera são exíguas, possuem um só consultório. Atualmente, existem espaços alugados para almoxarifados copa / cozinha, sala de utilidades, área para reuniões e educação em saúde, abrigo de resíduos sólidos, sala de recepção, lavagem e descontaminação, sala de esterilização e estocagem de material esterilizado (os materiais são esterilizados na unidade da sede do município).

No município já ocorreu à ampliação ao acesso da população rural e urbana à atenção básica, por meio da transferência de recursos federais, com base em um valor *per capita*, para a prestação da assistência básica, de caráter individual ou coletivo, para a prevenção de agravos, tratamento e reabilitação, levando em consideração as disparidades regionais.

Para atender a comunidade no que se refere à saúde, o município conta com o Hospital Municipal Antonio Carlos Magalhães, os Centros de Fisioterapia e os Postos de saúde, que atendem também pacientes das cidades circunvizinhas. Clínicas particulares também dão suporte ao atendimento médico, tratamentos e exames que às vezes não são disponibilizados nos Postos de saúde.

#### 2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

As principais atividades econômicas do município de Conceição do Jacuípe são: produção, comercialização e exportação de rações balanceadas para aves e





animais, variedades de pedra bruta, comércios varejista e atacadista, produção hortifrutigranjeira e médias e pequenas indústrias com atividades econômicas variadas.

A cidade exerce a função de entreposto comercial para as cidades vizinhas, por sua excelente posição geográfica. O município mantém relações comerciais com Salvador, Feira de Santana, Irará, Irecê, Camaçari, Terra Nova, Simões Filho e com os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Conceição do Jacuípe já foi considerada como a maior fornecedora de hortaliças da Bahia, porém, em virtude de situações como a seca, urbanização, a expansão imobiliária e mudanças econômicas/sociais, este título talvez não lhe caiba mais.

O município encontra-se numa região muito rica em mananciais, além dos rios, o lençol freático oferece uma reserva gigantesca de água. Entretanto, seguindo o modelo atual de cultivo da terra, esta deve ser usada de forma auto-sustentável e com preservação dos recursos naturais.

Na pecuária destaca-se o gado bovino, totalmente adaptado às condições geográficas do município. Além da criação de equinos, asininos, muares, suínos, caprinos, ovinos, galos, frangas, frangos, pintos, galinhas, codornas, vacas e produção de leite de vaca, ovos de galinha, ovos de codorna, mel de abelha.

Na geração de empregos, destacou-se por muitos anos a fábrica de fumo, Fumex, fundada em 1968, com mais de 40 anos de instalação na cidade. A sua história se mistura com a de Conceição do Jacuípe. A fábrica possui três unidades: uma em Conceição do Jacuípe, outra em Cruz das Almas e a terceira em Arapiraca, Alagoas, que funciona de forma terceirizada. Atualmente a unidade de Conceição do Jacuípe emprega trabalhadores, que são safristas, ou seja, trabalham no período de beneficiamento do fumo, que atualmente varia entre 07 e 09 meses. Notícias de que a fábrica iria fechar, foram decorrentes das dificuldades que o setor de fumo vem sofrendo ao longo dos anos, consequência de falta de incentivo a produção de fumo, porém, a fábrica vem seguindo, com um número reduzido de produção e , consequentemente de funcionários, mas mantendo-se em atividade.



Tabela 4 Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Indicador	Indicadores de renda e de pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – Municipal	0,397	0,531	0,663
Renda <i>per capita</i>	201,29	275,12	403,18
Proporção de pobres	64,60	43,93	21,54
Índice de Gini	0,60	0,56	0,48

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/Acesso> em 26 mai. 2015.

Sobre o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2000, foi de 0,531 e o de 2010 foi de 0,663. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Conceição do Jacuípe apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3064ª posição, sendo que 3063 municípios (55,6%) estão em situação melhor e 2443 municípios (44,4%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Conceição do Jacuípe apresentava em 2000 uma situação boa: ocupa a 29ª posição, no entanto a queda visível em 2010 revela uma necessidade de preocupação com a administração estratégica dos indicadores que formam o desenvolvimento humano municipal, pois se trata de uma queda de 0,32 ou 4,6%.

A renda per capita média do município cresceu 38,57%, passando de R\$ 101,24 em 1991 para R\$ 140,29 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75, 50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 24,07%, passando de 66,8% em 1991 para 50,8% em 2000. No entanto, em 2010 subiu para 77,3% segundo dados ODM (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio). Neste município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 reduziu em 47,8%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 21,7%. Já a desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,60 em 1991 para 0,56 em 2000 e continuou diminuindo em 2010 para 0,48.

A partir dessa realidade e dos dados da tabela 4, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH) é considerado médio. Esse índice foi avaliado pela educação, renda e esperança de vida ao nascer (longevidade), baseado nos dados da tabela abaixo:



Tabela 5 Desenvolvimento Humano 1991, 2000 e 2010.

Indicadores	Índices		
	1991	1991	1991
Desenvolvimento Humano Municipal	0,628	0,695	0,663
Educação	0,698	0,817	0,579
Longevidade	0,642	0,670	0,799
Renda	0,544	0,598	0,630

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Conceição do Jacuípe cresceu 10,67%, passando de 0,628 em 1991 para 0,695 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 59,2%, seguida pela Renda, com 26,9% e pela Longevidade, com 13,9%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 18,0%.

No entanto, analisando o IDHM/2000-2010 de Conceição do Jacuípe é possível verificar que ocorreu um decréscimo de 4,6%. A dimensão que mais contribuiu para essa queda foi a Educação que caiu de 0,817 para 0,579 representando 57,9% do hiato do desenvolvimento humano dos conjacuipeenses.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDHM, o município levaria 23,9 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 12,6 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,805).

Levando em consideração que a Renda Per Capita ou rendimento per capita é um indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento de um país ou região e consiste na divisão da renda nacional (produto nacional bruto menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população.

Apesar de não ter registros de dados exatos do número de pessoas ocupando os setores produtivos, é possível observar que existe um movimento migratório da população rural para o urbano, como também de outros municípios e/ou Estados, impulsionado, primeiramente pela horticultura e mais recentemente pela implantação de fábricas e indústrias no município.

Os fatores que impulsionaram esse crescimento foram à localização estratégica do município que é cortado pela BR 101 e próximo da BR 116 que interliga os estados brasileiros e a rodovias estaduais, como também a proximidade dos portos, da capital e principais cidades do estado.



#### 2.1.1.5 Aspectos Culturais

O município de Conceição do Jacuípe gerou personalidades que se destacaram para fazer parte da história cultural. Da escrita à pintura, passando pela fotografia, existem registros que se tornam legado para as gerações seguintes.

No cinema, Conceição do Jacuípe serviu de cenário para o filme *Tieta do Agreste*, do cineasta Cacá Diegues (1995), baseada no romance de Jorge Amado.



Figura 2 Filme *Tieta do Agreste*

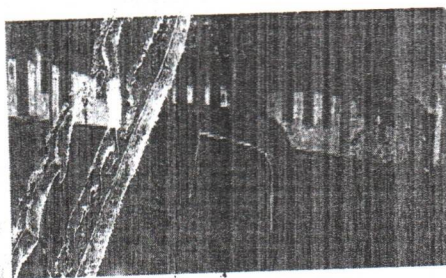


Figura 3 Filme *Tieta do Agreste*

As filmagens de *Tieta do Agreste* começaram no dia 31 de julho de 1995 e duraram 10 semanas. As principais locações ocorreram em Picado, distrito do município e em Mangue Seco, vila de pescadores na foz do Rio Real. Santana do Agreste nunca existiu - foi criada pela imaginação de Jorge Amado, que recorreu à memória de diversas cidadezinhas do interior da Bahia. A cidade foi inteiramente recriada em Picado. O local onde ocorreram as filmagens se transformou em ponto turístico e foi muito visitado durante as filmagens, porém alguns anos após as filmagens, as pessoas deixaram de ver o local como ponto turístico.

Como toda cidade do interior da Bahia, de povo alegre e festeiro, Berimbau apresentava no seu calendário muitas festas, algumas delas existindo até hoje. As juninas como o São João, as da Padroeira da cidade e as cívicas como destile de sete de setembro, fazem parte do calendário festivo do município.

O "São João", do município de Conceição do Jacuípe é uma festa típica considerada uma das melhores do interior do estado, atraindo pessoas de toda a região.

Durante uma semana a cidade se veste de bandeirolas, barracas com todas as bebidas e comidas típicas da ocasião, e os famosos licores, para receber um grande número de pessoas que se divertem todas as noites, até o dia amanhecer.

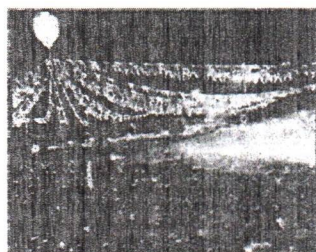


Figura 4 Festa Junina 2001

A festa da Padroeira da cidade, Nossa da Senhora da Conceição é realizada no dia 08 de dezembro de cada ano na Igreja Matriz do município, sendo que o novenário e a procissão são momentos mais importantes da festa, que conta com caravanas de várias cidades circunvizinhas e um grande foguetório no seu final.

Outras festas religiosas comemoradas em nossa cidade são: a Festa de Santa Rita de Cássia (Distrito do Bessa), Coroação de Maria (Distrito do Picado), Festa do Amparo, ( povoado do Amparo), Santo Antonio (povoado da Gameleira) Alerta Jovem, Marcha com Jesus, Queima de Judas, etc.

As festas cívicas acontecem em momentos distintos: com o Desfile de Sete de Setembro, onde as escolas homenageiam figuras históricas de nosso país, tendo como marco principal a data da Independência do Brasil; e recentemente, o desfile cívico vem sendo substituído pelo Desfile da Primavera, realizado no início da estação, no Distrito do Bessa e pelo desfile temático em comemoração à emancipação política do município, que acontece no dia vinte de outubro, com desfiles de fanfarras, de autoridades políticas locais e a tradicional corrida rústica.

No município ocorrem outras manifestações culturais tais como: Fanfarras Libero – Jacuipense, Fanfarras Renascer, Samba de Roda Raízes da Pindoba, Samba de Roda Raízes do Berimbau, Casa do Samba, Grupo de Forró Fornecedor, Forró Esquenta Forró, Vaquejada de Berimbau, Arrastão da Rua Chile, além de campeonatos de futebol, vôlei, sinuca, dominó, etc. Essas atividades culturais são exclusivas do município e acontecem todos os anos envolvendo a maioria da população e atraindo visitantes de regiões circunvizinhas.

Nos meses de setembro e outubro acontece o Festival Estudantil de Arte e Cultura – FEAC, onde, na oportunidade, os alunos devidamente matriculados, apresentam, em competições, seus dons artísticos, participando das categorias de dança, música e teatro, além de atividades esportivas.



Algumas festas em Conceição do Jacuípe deixaram de existir, a exemplo: as famosas Micaretas, o Carnajegue, os Forrós do Laço e do Sol, que por muito tempo fizeram parte do calendário festivo do município.

No município existe alguns estabelecimentos sócio-culturais como o Clube Cultural e Recreativo União, Associação Atlética Berimbau, Estádio Municipal Roseirão, Quadra Esportiva Milton Cunha. Alguns desses estabelecimentos, como a quadra esportiva, o ginásio de esportes e o estádio municipal podem ser usados pela população quando previamente solicitados. Os demais estabelecimentos são utilizados, porém cobra-se uma taxa por essa utilização.

Alguns artistas locais se destacam pela poesia, como o Poeta do povo, Aurino Pimentel Ribeiro, que possui vários livros de cordel publicados. Suas publicações se dividem em temas bastante interessantes que vão do cotidiano a política. Outro poeta, conjacuipense Patrice Moraes, tem vários livros de poesias publicados, destacando-se o livro Eurotico e Minha Bahia.

O município conta ainda com a existência da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, que promove a expansão da cultura local e também o acesso às culturas diversas.

#### 2.1.1.6 Infraestrutura Material

O deslocamento de pessoas, em busca de bens e serviços de qualidade, oportunidades de qualificação e empregos, acarreta localidades de concentração populacional. É observável que, no município a concentração populacional acarreta a locação de várias moradias, tornando-se esta uma renda para muitas famílias.

No município existem quadras em praças públicas, aberta ao público, onde acontecem atividades físicas, torneios e jogos amadores, além da Quadra Esportiva Milton Cunha, quadras descobertas em escolas, academias de ginástica e Estádio Municipal Roseirão.

Na cidade existe um sistema de comunicação comunitária, onde são transmitidas informações e outras utilidades públicas, além de três (3) rádios de difusão, sites locais, e empresas, com link dedicado a prover acesso via rádio, atividades de cabeamento e com torres, além de estrutura com link redundante.



## 2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

### 2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior

Esta seção trata das etapas da educação básica, níveis e modalidades de ensino, a partir de uma relação dialógica entre a realidade do município e a construção de diagnósticos, a partir de dados coletados com a Secretaria de Educação e demais órgãos competentes, definindo metas e traçando diretrizes para a próxima década.

#### 2.2.1.1 Etapas da Educação Básica

##### 2.2.1.2 Educação Infantil

A Educação Infantil tem como um dos objetivos provocar na criança o interesse por descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar, assim como desenvolver uma imagem positiva de si, para que possa atuar de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 confirmou a creche como instituição educativa, um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado, reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 em seu artigo 30: Ela afirma: "A Educação Infantil será oferecida em: I – Creches ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II – Pré-escola, para crianças de quatro a seis anos de idade." O que vem apresentar uma ruptura com todo um passado marcado pelo assistencialismo.

O trabalho pedagógico com crianças de 0 a 5 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, de maneira a atender às especificidades do desenvolvimento dessa faixa etária e contribuir para a construção do exercício da sua cidadania.

Assim sendo, as propostas pedagógicas devem promover em suas práticas de educação e cuidados a integração entre os aspectos físicos, emocionais,



afetivos, cognitivo - linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível. Ao pensar na função pedagógica dessas instituições, baseada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), o Município de Conceição do Jacuípe, tem como pressuposto um trabalho que leva em consideração a vivência e os conhecimentos prévios da criança como ponto de partida e os amplia, com o objetivo de levá-las à construção de novos conhecimentos, valorizando suas descobertas e respectivas manifestações, incentivando sua forma de comunicar-se, sua criatividade e espontaneidade, num ambiente que propicie experiências prazerosas. A proposta de Educação Infantil visa valorizar e viabilizar o trabalho com a infância, onde o lúdico tem papel privilegiado de maneira a não existirem prerrogativas para que a educação de 0 a 5 anos seja uma preparação para ingresso nas classes de alfabetização.

No município de Conceição do Jacuípe além das Creches, a escola em tempo integral está sendo ampliada e beneficiará as demais escolas de Educação Infantil, possibilitando, assim, o acesso das crianças a atividades esportivas, artísticas, culturais, bem como a sua permanência na Unidade Escolar, o que vem contribuir para a continuidade de sua formação, através de parceria com a União e através de recursos próprios.

As Unidades Escolares também dispõem de uma equipe que integra e viabiliza, junto à Direção Escolar, soluções para eventuais problemas de ordem estrutural e ação integrada entre as diversas Secretarias do Município, como garantia de uma Política Pública Intersetorial (assistência social, cultura, saúde, comunicação social, lazer) e atendimentos especializados no CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial).

Dessa forma o atendimento às crianças da Educação Infantil no Município de Conceição do Jacuípe, até o ano de 2006 contemplava apenas a faixa etária até os 05 anos e 11 meses de idade, obedecendo a seguinte nomenclatura: Creche: três (3) anos e 11 meses de idade; grupo 4: 4 anos e 11 meses de idade grupo 5: 5 anos e 11 meses de idade grupo 5. Em 2007, obedecendo aos critérios de implantação do ensino de tempo integral, conforme (LDB 9.394 art.34, inciso II) o município passou a integrar a creche (2 a 3 anos), no anexo da Escola Municipal Arlindo Ferreira a Associação de Apoio ao Menor ao Adolescente e ao Idoso (AMAI),





na zona urbana. Atualmente esta escola funciona no sistema integral, atendendo as especificidades da creche, grupo 4 e grupo 5 e o 1º ano do Ensino Fundamental .

Conforme os dados da tabela 06 o município oferece acesso a educação infantil através de vinte e quatro (24) escolas, dezessete (17) situadas na zona urbana, sendo nove (09) públicas e oito (08) particulares, além de sete (07) escolas na Zona rural, todas elas públicas.

Tabela 06 Evolução da matrícula da Educação Infantil no município X, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013

Ano	Educação Infantil				Total
	MUNICIPAL		PARTICULAR		
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	9	6	8		23
2011	9	7	8		24
2012	9	7	8		24
2013	9	7	8		24

Fonte: [www.dataescolabrasil.inep.gov.br](http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br) e dados da secretaria municipal de educação

Analisando os dados da tabela 06, observa-se um aumento na matrícula na rede municipal a partir de 2011 e, conseqüentemente, um decréscimo na rede particular. Entretanto, percebe-se que o município não está preparado para a evolução do aumento da matrícula, uma vez que, não existe uma escola apropriada para atender a essa clientela. Esse aumento, porém, não pode ser observada na zona rural, uma das justificativas é a falta de infraestrutura para atender à demanda local.

Para suprir a matrícula esperada seria necessária a construção de escolas de Educação Infantil, funcionando em tempo integral, favorecendo aos alunos da zona urbana e da zona rural. Além de condições para garantir a permanência de qualidade dos alunos ali atendidos, como formação continuada, acessibilidade e capacitação para os profissionais da educação infantil. Em relação ao atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais é necessário uma atenção maior em relação a formação contínua dos profissionais de educação. Outro fator importante para a consolidação de uma educação de qualidade é a efetiva participação da família na análise dos problemas e na ação para que os mesmos sejam resolvidos.



Tabela 07. Frequência por Ano do Nascimento segundo Município Residente.

	Período	
	2012	2013
Município Residente	436	414

Fonte: www.saude.ba.gov.br

A partir dos dados da tabela 07, é possível identificar um decréscimo no quantitativo de nascidos vivos no município, tendo em vista o período de 2012 a 2013, essa realidade se deve à implantação de uma política de planejamento familiar, que possibilitou o esclarecimento às famílias e a disponibilidade de métodos anticoncepcionais.

Tabela 08. Taxa de escolarização da Educação Infantil da rede municipal 2013

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não-matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	1690	589	1101	34,9
Pré-Escola (4a 5 anos)	2593	982	1611	37,9
Total (0 a 5 anos)	4283	1571	2712	36,7

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Após análise da tabela 08 pode-se verificar que a população de 0 a 3 anos ainda não se encontra integralmente matriculada na rede municipal de ensino, número baixo, considerando esse contingente populacional.

Conforme os dados analisados um dos fatores para o baixo número de matrículas das crianças de 0 a 3 anos de idade está relacionada com a falta de vagas para atender a 100% dessa população, uma vez que o município oferece poucas vagas para essa faixa etária em particular.

Com relação à oferta de vagas na rede municipal para a pré-escola, o número é insatisfatório, justificado pela falta de estruturas das escolas da rede municipal, o que garante uma demanda maior do que a oferta. Em algumas escolas, o número de crianças ultrapassa o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e os profissionais, apesar de participarem de cursos de formação continuada, ainda estão em déficit sobre várias questões relacionadas à modalidade, o que implica em novas políticas de formação continuada. Trabalhar conjuntamente todas as instâncias de unidade de educação a fim de traçar uma filosofia pedagógica comum a todos, tendo como objetivo, não apenas a escolarização em si, mas a educação



capaz de garantir ao sujeito um exercício competente da cidadania, como previsto na proposta pedagógica unificada do município, seguida pelos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Tabela 9. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município Conceição do Jacuípe, por localização – 2013

Localização	População de 0 a 5 anos	Matrícula	Escolarização %
Urbana	4.283	1.605	39,6
Rural*		94	

\*dados não encontrados

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Conforme os dados apresentados na tabela 09, o Município apresenta uma taxa de escolarização ainda muito baixa, tal fator decorre dos baixos investimentos ou a falta de priorização do Ensino Infantil.

Em geral uma oferta somente de 39,6%, ou seja, é um número muito baixo o que aponta a necessidade de políticas públicas que garanta uma maior oferta visando a sua universalização conforme as metas estabelecidas.

Em relação à proposta curricular, a Secretaria Municipal de Educação utiliza os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, como parâmetros para a seleção das competências e habilidades que são trabalhados pela escola, no entanto, o município ainda não construiu uma proposta curricular própria. Tem sido realizadas matrículas de crianças que apresentam necessidades educativas especiais nas turmas de Educação Infantil, porém, não existe um trabalho pedagógico específico e direcionado para essas crianças, por falta de formação.

#### 2.2.1.3 Ensino Fundamental

De acordo com a LDB 9394/96 a educação escolar divide-se em educação básica e superior. O Ensino Fundamental, juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, compõem a Educação básica.



Ensino fundamental é o nome dado a uma das etapas da educação básica no Brasil. Tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre seis e 14 anos. A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica a responsabilidade conjunta: dos pais ou responsáveis, pela matrícula dos filhos; do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas; da sociedade, por fazer valer a própria obrigatoriedade. Regulamentado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, sua origem remonta ao *Ensino de Primeiro Grau*, que promoveu a fusão dos antigos curso primário (com quatro a cinco anos de duração), e do curso ginásial, com quatro anos de duração, este último considerado, até 1971, ensino secundário.

A duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, transformado na Lei Ordinária 11274/2006, passando a abranger as crianças de seis anos que, até então, não faziam parte do ciclo obrigatório (a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série). A referida Lei estabeleceu o prazo até 2010 para que Estados e Municípios se adaptassem à nova forma de organização da Educação Básica.

Em Conceição do Jacuípe, os primeiros movimentos para implantação do Ensino Fundamental de nove anos ocorreram em 2007, através do Projeto de Lei nº 392. O mesmo dispõe sobre a organização do sistema municipal de ensino e orienta para a nova forma de organização da Educação básica. Como estratégia de reorganização do Ensino Fundamental estabelece em seu artigo 11, que:

Art. 11 O Conselho Municipal de Educação fixará normas visando adaptações necessárias ao Sistema Municipal de Ensino em decorrência das Leis 10.172/01, 11.114/05, 11.274/2006, 9.424/96, 9.475/97, 10.639/2003, 10.709/2003, 10.539/2003, 10.793/2003, 10.328/2000, Lei 11.183/2005, incluindo as alterações pertinentes à Lei 9394/06 num prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação dessa Lei (CONCEIÇÃO DO JACUIPE, 2007).

Em observância ao artigo supracitado o Conselho Municipal de Educação elaborou em 2008 a Resolução nº 02 e o Parecer nº 002 para orientar os agentes educacionais sobre a nova proposta do governo federal. As orientações foram dadas via reuniões e palestras com gestores das instituições municipais.



A Resolução nº 002 de 26 de março de 2008, regulamenta a implantação do ensino fundamental com duração de nove anos no Sistema Municipal de Ensino, abordando-a enquanto política afirmativa de equidade social. O documento estabelece conexão com os pressupostos do Conselho Nacional de Educação ao sinalizar aspectos como a referência à infância, idade de corte para matrícula no primeiro ano do ensino fundamental, a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e revisão do Projeto Político pedagógico (PPP).

Em relação ao Currículo para essa etapa da Educação Básica, no Brasil não existe um currículo padronizado para o ensino fundamental, mas a LDB de 1996 define que é obrigatório, no Ensino Fundamental, o ensino de Língua Portuguesa, Matemática, conhecimentos do mundo físico e natural, bem como da realidade social e política (especialmente a brasileira), Artes, Educação Física e Música (que pode ser trabalhada dentro das Artes).

A organização do ensino fundamental divide-o, na prática, em dois ciclos. O primeiro que corresponde aos primeiros cinco anos (chamados anos iniciais do ensino fundamental) é desenvolvido, usualmente, em classes com um único professor regente. O segundo ciclo corresponde aos anos finais, nos quais o trabalho pedagógico é desenvolvido por uma equipe de professores especialistas em diferentes disciplinas. Essa forma de organização do ensino fundamental remonta à antiga divisão do ensino primário em relação ao primeiro ciclo do ensino secundário (ginasial).

Nos primeiros anos, as crianças e adolescentes são estimulados através de atividades lúdicas, jogos, leituras, imagens e sons, principalmente no primeiro nível. Através dos vários processos pedagógicos, busca-se conduzir a criança ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social.

Nos anos finais, os adolescentes aprofundam os conhecimentos adquiridos no ciclo anterior e iniciam os estudos das matérias que serão a base para a continuidade no ensino médio. Esta é uma fase delicada e repleta de mudanças, em que os jovens começam a buscar sua autonomia, e isso deve ser também contemplado em sala de aula.

A frequência nesta etapa é obrigatória para todas as crianças na faixa etária entre 6 e 14 anos com jornada anual de 800 horas-aula, distribuídas em 200 dias letivos. O atendimento do Ensino Fundamental, no município, segundo os princípios



da legislação nacional, no Art. 4º diz que, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação.

Desta forma a meta de cada escola do ensino fundamental é fornecer ao aluno acesso à base comum nacional e à parte diversificada, o que inclui as características regionais da sociedade, da cultura, da economia e do cotidiano do aluno. E a qualidade do trabalho pedagógico está associada à capacidade de promoção, tendo em vista os avanços no desenvolvimento do aluno, com ênfase na importância do papel do professor no processo ensino – aprendizagem, assim como a proposta adotada pela escola.

Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Conceição do Jacuípe, por dependência administrativa e localização (2010/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	-	-	1250	-	11090	19	1128
2011	2531	296	1208	-	273	24	279
2012	2565	285	1108	-	1274	32	1306
2013	2467	271	1032	-	1344	36	1380

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar - Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 16 abril, 2015.

A partir dos dados da Tabela 10 é possível identificar que houve uma variação na evolução das matrículas entre os anos de 2011 a 2013. No geral, observa-se que na rede municipal houve uma diminuição apenas no ano de 2011, no entanto, na rede estadual houve um decréscimo a partir do ano de 2012, enquanto na rede particular ocorreu o inverso.

A partir dessa realidade é possível constatar que o aumento do IDH do município possibilitou a melhoria da qualidade de vida da população, oferecendo melhores condições para os pais investirem na educação dos filhos na rede particular. Com relação à rede estadual, o déficit apresentado justifica-se pela municipalização de algumas escolas estaduais.



Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos				37,3%	71,5%	91,1%
11 a 14 anos	22,51%	8,03%	4,46%	80,62%	96,69%	98,37%

Fonte: www.atlas.brasil.org. BR disponível em: < acesso em: 21 maio. 2015.

Com base nos dados da tabela 11, pode-se verificar que a taxa de escolarização da população de 06 a 14 anos no ano de 2000 é maior do que a taxa de escolarização da população de 11 a 14 anos. Apesar da grande diferença existente entre essas faixas etárias pode-se verificar que houve uma diminuição na taxa de analfabetismo entre os anos de 1991 a 2000 e conseqüentemente um maior percentual de jovens frequentando a escola. Com isso pode-se concluir que os indicadores de atendimento da população pelos serviços educacionais têm registrado melhorias significativas. Percebe-se que é no Ensino Fundamental que se observam os maiores avanços. Observa-se que no ano de 1991, 80,62% dos jovens de 11 a 14 anos frequentaram a escola, ampliando-se para 96,69 % no ano de 2000.

O crescimento contínuo está associado ao aumento significativo das matrículas no ensino fundamental. Entretanto, os indicadores presentes na tabela 11, ainda se encontram em patamar aquém do esperado.



Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Conceição do Jacuípe, por idade e série<sup>2</sup>, Rede Municipal, (2013)

Idades	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
6 anos	213									213
7 anos	08	260	63	02						333
8 anos	-	65	140	50	04					259
9 anos	-	35	71	143	52					301
10 anos	-	22	37	43	148	09	01			260
11 anos	01	10	19	36	52	22	23	01		164
12 anos	-	06	10	32	22	17	26	09	06	128
13 anos	-	03	13	14	32	19	16	28	08	133
14 anos	-	04	12	10	16	14	08	08	11	83
15 anos	-	02	03	06	15	14	11	10	09	70
+ de 16 anos	-	1	-	02	04	05	10	11	12	45
Nº de alunos total em defasagem	01	83	94	100	89	52	19	21	12	
% em defasagem	0,45 %	20,3 %	25,5 %	29,5 %	25,7 %	52%	22,3 %	31,3 %	26%	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013

O conceito de defasagem idade-série usado é a porcentagem de alunos defasados dois anos ou mais. É importante ressaltar que, quanto maior a distorção, pior o desempenho escolar. Desse modo, coeficientes negativos nas estimativas denotam um efeito positivo sobre a qualidade do ensino.

A taxa de distorção idade - série está relacionada com as taxas de repetência e evasão escolar. Entende-se que a distorção idade-série não está relacionada ao ingresso tardio da criança na escola, pois o município desde 2007 oferece educação infantil o que significa que as crianças chegam ao primeiro ano com a idade adequada.

Ao avaliar a tabela acima, verificou-se que os maiores índices da distorção idade-série encontram-se a partir do 2º ano. O alto índice de reprovação é considerado a razão mais provável para essa defasagem.

O 6º ano da Rede Municipal apresenta o maior índice (52%) em defasagem. É possível que esse índice seja em virtude da taxa de abandono e de repetência. Na

<sup>2</sup>Cálculo de defasagem - Matrícula com defasagem / total da matrícula por série.

$$\text{Ex.: } 91/301 \times 100 = 30,23$$

$$\text{Cálculo: Matrícula Inicial} - (\text{Transferidos} + \text{evadidos}) = \text{Matrícula final}$$





Tabela abaixo (13) pode-se confirmar tal afirmação. O município disponibiliza programa de acompanhamento pedagógico, com oficinas do Programa Mais Educação (constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar da criança e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral), que apoia o desenvolvimento no ensino e aprendizagem.

Atualmente, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação PDE, algumas metas foram traçadas para minimizar a distorção idade-série. Além dos estudos direcionados com o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa, atendendo alunos das turmas do 1º ao 3º ano. Este programa foi estendido ao 4º e 5º anos, através da Secretaria do Estado da Bahia, com objetivo de desenvolver a metodologia do programa nacional.

Tabela 13. Taxas de Rendimento - Rede Estadual

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
2ª Série / 3º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
3ª Série / 4º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
4ª Série / 5º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
5ª Série / 6º ano do EF	2008	50.90	-	28.20	-	20.90	-
	2009	63.70	-	18.80	-	17.50	-
	2010	68.70	-	21.30	-	10.00	-
6ª Série / 7º ano do EF	2008	65.50	-	23.50	-	11.00	-
	2009	60.20	-	26.10	-	13.70	-
	2010	68.00	-	18.20	-	13.80	-
7ª Série / 8º ano do EF	2008	73.10	-	13.80	-	13.10	-
	2009	67.30	-	20.20	-	12.50	-
	2010	81.30	-	12.00	-	6.70	-
8ª Série / 9º ano do EF	2008	80.70	-	13.00	-	6.30	-
	2009	81.90	-	9.20	-	8.90	-
	2010	80.40	-	9.80	-	9.80	-

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 18 de abril de 2015.



Tabela 14. Taxas de Rendimento - Rede Municipal

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	57.10	58.70	33.20	38.70	9.70	2.60
	2009	56.80	50.00	34.90	47.10	8.30	2.90
	2010	57.50	75.80	37.00	24.20	5.50	0.00
2ª Série / 3º ano do EF	2008	68.80	58.60	25.20	34.50	6.00	6.90
	2009	63.40	56.70	30.00	37.30	6.60	6.00
	2010	69.10	68.50	26.80	31.50	4.10	0.00
3ª Série / 4º ano do EF	2008	76.90	68.30	15.70	28.30	7.40	3.40
	2009	70.10	49.00	24.20	47.10	5.70	3.90
	2010	77.20	81.00	17.90	11.10	4.90	7.90
4ª Série / 5º ano do EF	2008	77.30	90.00	15.80	3.30	6.90	6.70
	2009	81.60	92.50	13.60	5.00	4.80	2.50
	2010	86.10	87.00	10.30	8.70	3.60	4.30
5ª Série / 6º ano do EF	2008	60.00	0.00	25.00	0.00	15.00	0.00
	2009	44.10	0.00	44.10	0.00	11.80	0.00
	2010	58.60	-	31.20	-	10.20	-
6ª Série / 7º ano do EF	2008	51.90	0.00	40.70	0.00	7.40	0.00
	2009	65.10	0.00	27.70	0.00	7.20	0.00
	2010	49.70	0.00	43.50	-	6.80	-
7ª Série / 8º ano do EF	2008	67.20	0.00	22.40	0.00	10.40	0.00
	2009	72.40	0.00	24.10	0.00	3.50	0.00
	2010	76.70	0.00	16.50	-	6.80	-
8ª Série / 9º ano do EF	2008	80.60	0.00	9.70	0.00	9.70	0.00
	2009	95.70	0.00	2.20	0.00	2.10	0.00
	2010	97.40	0.00	0.00	-	2.60	-

Fonte: Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/ide/2008, 2009, 2010/gerarTabela.php](http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php)> Acesso em: 18 de abril de 2015

Com base nos dados da tabela 14, podemos observar que não houve uma progressão na qualidade do ensino, visto que a taxa de aprovação apresenta-se instável entre os anos. Porém, verifica-se que as taxas de aprovação mais expressivas foram no 2º e 5º ano do ensino fundamental I (1ª e 4ª séries), em especial no ano de 2008 e 2009. Entretanto, a taxa de reprovação ocorreu principalmente no 3º e 4º ano do Ensino Fundamental I (2ª e 3ª séries). A causa provável desse déficit é que os alunos são promovidos sem possuir as competências necessárias, para cursar a série seguinte. Como consequência disso aumenta a distorção idade-série e a taxa de abandono.

Com a elaboração do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), ficou evidente que Português e Matemática são consideradas as disciplinas críticas, onde



os alunos apresentam um baixo desempenho, por não adquirirem as habilidades de leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas.

#### 2.2.1.14 Ensino Médio

O atendimento à população no ensino médio do Município de Conceição do Jacuípe ocorre em 3 unidades escolares, sendo que apenas 1 dessas escolas faz parte da rede pública estadual, atendendo a uma exigência da LDB 9.394/96, Art. 10 (IV) "é dever de o Estado assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394-96), ao caracterizar o ensino médio como etapa final da Educação Básica, o define como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral. Trata-se, portanto, de reconhecê-lo como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade maior o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22). Esta última finalidade deve ser desenvolvida de maneira irrestrita pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando", a serem desenvolvidas por um currículo escolar que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado das ciências e sua contribuição para a vida real, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de socialização e comunicação, acesso ao conhecimento e, por fim, o exercício da cidadania.

Em prol de assegurar o acesso e a permanência dos alunos nessa etapa da Educação Básica, o Governo Municipal, disponibiliza o transporte escolar nos turnos matutino, vespertino e noturno, a fim de atender a toda clientela que concluiu o ensino fundamental e reside na zona rural, nos povoados e precisa deslocar-se para a unidade escolar que oferece ensino médio.

Com o objetivo de diagnosticar a situação do Ensino Médio no município de Conceição do Jacuípe, fez-se a análise dos dados estatísticos com o propósito de traçar um panorama do Ensino Médio em nosso município.



Tabela 15. Taxas de Rendimento do Ensino Médio

Fase/Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2008	73,10	-	-	11,40	-	-	15,50	-	-
	2009	57,80	-	-	17,70	-	-	24,50	-	-
	2010	64,70	-	-	11,90	-	-	22,40	-	-
	2011	58,00	-	-	17,30	-	-	24,70	-	-
	2012	80,30	-	-	13,20	-	-	6,50	-	-
2º ano do EM	2008	61,90	-	-	18,90	-	-	19,20	-	-
	2009	66,20	-	-	16,40	-	-	17,40	-	-
	2010	69,20	-	-	11,50	-	-	19,30	-	-
	2011	63,70	-	-	14,40	-	-	22,00	-	-
	2012	58,70	-	-	17,70	-	-	23,60	-	-
3º ano do EM	2008	76,60	-	-	5,80	-	-	17,60	-	-
	2009	83,90	-	-	4,60	-	-	11,60	-	-
	2010	81,40	-	-	7,10	-	-	11,50	-	-
	2011	76,90	-	-	5,10	-	-	18,10	-	-
	2012	59,50	-	-	13,20	-	-	27,30	-	-

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2014/municipios/relatório/coibge/2908507>

Esses dados estatísticos ajudam a esclarecer os índices de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Médio, o que provoca a distorção idade/série. Com isso, os alunos costumam migrar para a Educação de Jovens e Adultos, devendo-se destacar a importância de levantar os problemas que afetam o desempenho dos alunos matriculados no noturno.

O município não pode se responsabilizar pela disponibilidade do ensino médio, porém cabe ao Governo Municipal informar ao Estado a real necessidade, pleiteando, assim, a extensão de escolas que ofereçam ensino médio no município. Dessa maneira, toda a população terá garantida mais uma etapa da educação básica.



Tabela 16. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média total (Redação e Prova objetiva)
Rede Federal	2009		
Rede Estadual	2009	451.57	504.19
Rede Municipal	2009		
Rede Privada	2009	520.80	582.83

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2014/municipios/relatório/coibge/2908507>

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é um instrumento para avaliar a qualidade do Ensino Médio no Brasil, oferecendo um parâmetro nacional com o objetivo de auxiliar professores, diretores e demais dirigentes educacionais na identificação de deficiências e boas práticas no âmbito da escola.

Os dados da tabela 16 permitem verificar as notas do Enem no âmbito federal, estadual, municipal e privado. É importante ressaltar que esses dados são referentes ao ano de 2009, conforme consta no site do MEC, na aba indicadores demográficos e educacionais/2014. Os resultados divulgados na tabela apontam um resultado expressivo, demonstrando desempenho favorável dos alunos ao se tratar da aquisição de conhecimentos e do desenvolvimento das competências e habilidades.

A tabela 16 define as médias nas áreas de conhecimento do Enem das escolas da rede privada que oferecem ensino médio no município.

Nos últimos anos, a adesão à avaliação aumentou consideravelmente, já que a nota é utilizada como bônus na pontuação em mais de 500 instituições de ensino superior. Algumas utilizam apenas a média do Enem como critério de seleção.

A nota do Enem também é usada pelos estudantes para pleitear uma bolsa de estudos no Programa Universidade para Todos (Pro Uni). O programa exige que o candidato tenha obtido média mínima de 45 pontos entre prova objetiva e redação.

O governo municipal de Conceição do Jacuípe já promove atualmente um curso preparatório para o Enem, afim de assegurar a classe de baixa renda sua entrada nas Universidades.



### 2.3 Modalidades e desafios educacionais

#### 2.3.1 Educação Especial

A Constituição Federal estabelece o direito da pessoa com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena inclusão dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões, o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas unidades de ensino regular (BRASIL, 2002,p.94).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) se objetiva

Assegurar a transversalidade da educação especial desde a educação infantil ao ensino superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do município; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanísticas arquitetônica; nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; E articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008 p. 19).

Desta forma, importa compor um cenário inclusivo que será constituído através de ações que vislumbrem modificações contínuas reforçando a importância dos ambientes heterogêneos, para a promoção do acesso permanência e aprendizagem da pessoa com deficiência. Essas ações devem permear todos os setores sociais de circulação do indivíduo para uma inclusão de fato e direito.

Conforme registro do PNE (2001, p.78) a Organização Mundial de Saúde, apresentado pelo Plano Nacional de Educação, estimam que em torno de 10% da população têm deficiência. Essa pode ser de diversas ordens: visuais, auditivas, físicas, intelectuais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades. Se esta estimativa se aplicar no município de Conceição do Jacuípe, Bahia, que de acordo com o IBGE (2014), conta com uma população estimada de 33. 066 mil habitantes, seriam cerca de 3.300 pessoas com alguma deficiência.

A rede municipal de ensino apresenta a seguinte situação na matrícula de alunos com NEE até 2012, na rede regular conforme tabela 18 e matrícula na única



escola municipal de educação especial na modalidade substitutiva- multisseriada na tabela abaixo:

Escolas Municipais	2010	2011	2012
E. M. Alice Pinto Pimentel	0	2	0
E. M. Arlindo Ferreira	7	6	7
E. M. Amparo	0	2	0
E. M. Maria Arquimínia Dias	0	8	0
E. M. Santa Rita de Cássia	0	1	0
E. M. Pindobas	0	1	0
E. M. Profa. Laura Ribeiro Lopes	0	1	0
TOTAL			

Fonte: CENSO/ 2010/2011/2012. Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Jacuípe.

Escola Municipal	2010	2011	2012	2013
E. M. Daniel Ribeiro Costa	75	79	76	62

Fonte: CENSO/ 2010/2011/2012/2013. Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Jacuípe.

Em face dessa realidade o município possui matrículas tanto na rede regular bem como na educação especial. A escola Daniel Ribeiro Costa, funciona em tempo integral e com um quadro de professores que possuem especialização na educação especial ou psicopedagogia. Ainda recebe assistência de uma psicopedagoga e assistente social permanente na escola.

Com o intuito de oportunizar condições favoráveis ao desenvolvimento global das potencialidades dos alunos, visando a autonomia, melhor aprendizagem, inclusão social e educacional o município possui no seu quadro de funcionários 2 psicopedagogas, 3 intérpretes em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), 2 Coordenadoras Especialistas em Educação Especial, 2 professoras especialistas em Educação Especial - que fazem parte do quadro efetivo do município. Contudo faz-se necessário, entre outras ações, a ampliação e implementação da oferta de atendimento especializado, que responda às necessidades educacionais, em todos os níveis de ensino em que o aluno estiver inserido.

Para assegurar as condições de aprendizagem dos educandos nas Unidades Escolares, a Secretaria Municipal de Educação está ampliando as discussões, para



umentar investimentos, mudar paradigmas e concepções a fim de construir um sistema educacional efetivamente inclusivo. O atendimento educacional especializado deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino - confirmado no artigo 179, IV da Lei Orgânica Municipal.

Embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, ao elaborar sua proposta pedagógica, o estabelecimento de ensino, respaldado em sua autonomia, deverá prever ações que assegurem um currículo dinâmico, voltado às necessidades do alunado, prevendo, também, adaptações, inclusive no processo avaliativo, considerando as peculiaridades e a flexibilidade da aprendizagem.

Para atingir este objetivo, faz-se necessário, prever e propiciar a capacitação continuada dos profissionais da educação, desmistificando a questão das deficiências e possibilitando oportunidades de atendimento das necessidades educacionais especiais em todas as escolas. É indispensável criar mecanismos para que o professor busque desenvolver uma prática pedagógica de qualidade com todos os alunos, incluídos ou não.

O Poder Público e as organizações da sociedade civil são elos importantíssimos para a efetivação do acesso e permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino, conforme preconizam os documentos oficiais e os princípios filosóficos da Educação para Todos. Deste preceito é que foram definidas para os próximos dez anos, as diretrizes para esta modalidade de ensino em nosso município.

### 2.3.2 Política da Alfabetização

A alfabetização e o letramento exercem papel estruturante na formação do indivíduo. Diante disso, o olhar para os anos iniciais da educação deve ser cuidadoso e responsável por parte dos estados e municípios a partir da proposta e execução de políticas educacionais.

Neste sentido, vale destacar do Art. 30 das *Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos*, os parágrafos:

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das





aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades (BRASIL,2010).

Os dados educacionais de Conceição do Jacuípe revelam a necessidade de um conjunto de esforços em favor da garantia de direitos de aprendizagem dos alunos em cada uma das suas etapas. No ano de 2013, apenas 21% e 14% dos estudantes do 5º ano das escolas municipais aprenderam o que era esperado em Português e Matemática respectivamente, conforme dados da Prova Brasil (INEP 2013). No 9º ano os resultados também foram preocupantes, em Português 12% e em Matemática apenas 2% dos estudantes demonstraram aprendizagem adequada. Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas municipais do 1º ao 5º ano de 2013 foi 3,5. No Brasil esse indicador foi 4,9 e na Bahia 3,9. Se comparado com o índice nacional percebe-se que Conceição do Jacuípe, assim como toda a Bahia, tem, ainda, um grande desafio a atingir.

Sendo assim e diante do atual quadro educacional, o Governo do Estado da Bahia instituiu por meio do decreto nº 12.792 de 28 de abril de 2011, o Pacto pela Educação, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia em parceria com os municípios baianos. O objetivo do Programa é assegurar que todas as crianças de escolas públicas sejam alfabetizadas e letradas até os oito anos de idade. Para o alcance desse objetivo se fez necessária a implementação das condições de aprendizagem, para que todas as crianças das redes públicas do sistema estadual de ensino ingressem no quarto ano do ensino fundamental sem distorção de idade e série, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

O Programa garante a formação dos professores alfabetizadores, se responsabilizando pelos custos de hospedagem e de alimentação para Coordenadores e Formadores municipais disponibilizados pelos municípios, o acompanhamento e a avaliação do programa, assim como a publicação e distribuição de livros e materiais pedagógicos para alunos e professores na fase de alfabetização, de escolas da rede estadual e municipal.

Os municípios, por sua vez, asseguram o deslocamento da equipe para participar das formações e assumem a logística para participação dos professores



nas atividades de formação nos municípios, o acompanhamento pedagógico pelos formadores, a oferta de reforço escolar e a montagem dos cantinhos de leitura.

Assim como centenas de municípios baianos, Conceição do Jacuípe aderiu ao Pacto com os Municípios em 2011, quando a Coordenadora e Formadora Municipais participaram de reuniões e encontros de formação. Na Jornada Pedagógica de 2012 o Programa foi lançado no município, desde então as formações iniciaram-se atendendo a professores do primeiro e segundo anos, apesar da proposta ter sido pensada para os alunos do primeiro ano, percebeu-se a necessidade de incluir também o segundo. Os alunos e professores receberam materiais didáticos, foram montados cantinhos de leitura nas salas de aula e realizados acompanhados pela Formadora Municipal. Nesse primeiro ano os estudos foram pautados na Proposta Didática Alfabetizar Letrando, da autora Amália Simonetti e no segundo ano agregou-se também a Proposta de Alfabetização Matemática seguindo a mesma proposta de distribuição de materiais.

Em 2012, o município aderiu também ao Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado pelo Governo Federal, tendo como principal objetivo garantir a alfabetização das crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental e previsto para os dois primeiros anos Língua Portuguesa e Matemática como foco de trabalho, sendo ampliado no seu terceiro ano com uma proposta de integração das áreas do conhecimento. O Programa foi estruturado em quatro eixos de atuação: Formação continuada de professores alfabetizadores, Materiais didáticos e pedagógicos, Avaliações, Gestão, controle social e mobilização. No município, o Programa conta com uma Coordenadora Local e duas Orientadoras de estudos. No tocante a avaliação a Provinha Brasil é utilizada como ferramenta para avaliar o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano, aplicada no início e final deste ano de escolarização e foi instituída a ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, aplicada ao final do 3º ano.

### 2.3.3 Educação em Tempo Integral

A Educação Integral no Brasil não é uma proposta atual, no entanto as ideias que fundamentam esse programa veio alterando-se ao longo do tempo. No primeiro momento, de acordo como Cavaliere (2010) a mesma deveria envolver o Estado, a